

Gota a gota, um mar de ações: contribuições teórico-metodológicas para o estudo dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no Brasil



José Sobreiro Filho

Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília. Brasília, Brasil
ORCID: 0000-0002-4323-1314

Nelson Gabriel da Silva Bria

Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília. Brasília, Brasil
ORCID: 0000-0002-2582-8985

Luis Henrique Marques Rosa Buani

Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade de Brasília. Brasília, Brasil
ORCID: 0009-0002-9659-1900

Miriam Moura Vital

Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil
ORCID: 0009-0001-9380-2453

Ronaldo Barros Sodré

Departamento de Geociências, Centro de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Brasil
ORCID: 0000-0002-4643-2103

Wuelliton Felipe Peres Lima

Departamento de Geografia, Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil
ORCID: 0000-0002-1195-3574

Isabelle Avon Carolino Vanderlei

Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil
ORCID: 0009-0007-2061-1254

Márcia Renata Carvalho Santos

Departamento de Geociências, Centro de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Brasil
ORCID: 0009-0004-4217-812X

Recibido: 19 de abril de 2024. Aceptado: 30 de septiembre de 2024.

Resumo

As disputas territoriais por recursos naturais têm marcado a história da América Latina. A crescente agenda neoliberal e o avanço da financeirização dos bens naturais são expressões do processo de comoditização da natureza e da acumulação por espoliação em detrimento dos povos e comunidades tradicionais. Em decorrência deste e outros processos, os espaços das águas passaram a ser disputados territorialmente, evidenciando uma correlação desigual que visa o controle sobre os recursos que estão inseridos nesses territórios. Atingidos por barragens e pela mineração, pescadores, marisqueiras, ribeirinhos, indígenas e muitos outros sujeitos passaram a se organizar e a formar movimentos socioterritoriais em diferentes regiões do Brasil, agora alcançando uma luta transnacional, mas que também mantém fortes vínculos locais. Diante desse cenário, o nosso objetivo é evidenciar a inovadora contribuição metodológica do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e teórica sobre movimentos socioterritoriais para compreender a política contenciosa promovida em torno dos territórios das águas no Brasil entre 2020-2021.

PALAVRAS CHAVES: POVOS DAS ÁGUAS. CONFLITO. MOVIMENTOS DAS ÁGUAS. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS.

Drop by drop, a sea of actions: theoretical-methodological contributions to the study of socio-spatial and socioterritorial movements of water in Brazil

Abstract

Territorial disputes over natural resources have marked the history of Latin America. The growing neoliberal agenda and the advancement of financialization of natural assets are expressions of the process of commodification of nature and accumulation through spoliation, to the detriment of traditional peoples and communities. As a result of these and other processes, water spaces have become territorially contested, highlighting an unequal correlation aimed at controlling the resources embedded within these territories. Fishermen, shellfish gatherers, riverside dwellers, indigenous peoples, and many other individuals have started to organize themselves and form socioterritorial movements in different regions of Brazil, now expanding into a transnational struggle while maintaining strong local ties. Given this scenario, our objective is to highlight the innovative methodological contribution of the Land Struggle Database (DATALUTA) and the theoretical framework regarding socioterritorial movements in order to comprehend the contentious politics promoted around water territories in Brazil between 2020-2021.

KEYWORDS: PEOPLES OF THE WATERS. CONFLICT. MOVEMENTS OF THE WATERS. SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS.

Gota a gota, un mar de acciones: contribuciones teórico-metodológicas para el estudio de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales del agua en Brasil

Resumen

Las disputas territoriales por los recursos naturales han marcado la historia de América Latina. La creciente agenda neoliberal y el avance de la financiarización de los

ativos naturais son expresiones del proceso de mercantilización de la naturaleza y de acumulación por despojo, en detrimento de los pueblos y comunidades tradicionales. Como resultado de estos y otros procesos, los espacios hídricos se han convertido en territorios disputados, evidenciando una correlación desigual en el control de los recursos incrustados en estos territorios. Pescadores, mariscadores, ribereños, pueblos indígenas y muchos otros individuos han comenzado a organizarse y a formar movimientos socioterritoriales en diferentes regiones de Brasil, expandiéndose ahora hacia una lucha transnacional, pero manteniendo fuertes vínculos locales. Ante este escenario, nuestro objetivo es destacar el aporte metodológico innovador de la Base de Datos de Luchas por la Tierra (DATALUTA) y del marco teórico sobre los movimientos socioterritoriales para comprender las políticas contenciosas promovidas en torno a los territorios hídricos en Brasil entre 2020-2021.

PALABRAS CLAVE: PUEBLOS DE LAS AGUAS. CONFLICTO. MOVIMIENTOS DE LAS AGUAS. MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES.

Introdução

Este ensaio trata de uma proposta metodológica capaz de estudar as ações coletivas pela perspectiva da ciência geográfica e busca ser uma contribuição para o entendimento dos processos de levantamento, sistematização e produção de dados, bem como da realização de análises sobre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas. À luz da crescente expansão da agenda neoliberal e da financeirização dos bens naturais, bem como das consequências geradas sobre espaços e territórios das comunidades, buscou-se entender como os movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuam frente à acumulação por espoliação desde os recortes regionais.

Ao lado do complexo processo metodológico que originou o DATALUTA Água, ainda buscamos valorizar os aspectos teórico-conceituais em torno das reflexões seminais sobre as propostas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Atribuímos força a esse debate por compreender que a elaboração do banco de dados caminha como proposta indissociável do corpo teórico-conceitual sobre a perspectiva geográfica das ações coletivas aqui implementadas.

Essa indissociabilidade permitiu que diferentes formas de atuação e processos oriundos das disputas territoriais fossem analisados, comparados e categorizados. Observa-se ainda que, no decorrer do trabalho, a opção da leitura geográfica das ações coletivas e a implementação de um método original permitiram a apresentação de resultados inéditos e a continuidade de uma pesquisa em permanente qualificação.

Um novo cardume, uma correnteza: a proposta dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais

O debate acerca dos movimentos sociais e ações coletivas é diverso, tornando esta questão teórico-conceitual polissêmica e polêmica, devido aos múltiplos métodos e interesses que os permeiam. Mesmo a mais ligeira das leituras ou a mais profunda de

todas as revisões bibliográficas¹ nos permitem verificar a impossibilidade de compor uma definição comum para composicionalidade e extensão conceitual, ou ainda uma teoria científica universal sobre estes sujeitos nas Ciências Humanas. Isso quer dizer que cada Ciência possui sua própria definição de movimentos sociais, acrescentando elementos para responder a seus anseios, demandas e interesses, bem como diferentes perspectivas e tendências político-ideológicas.

A Geografia brasileira não é diferente, pois, tendo o referencial bibliográfico povoado por reflexões importadas de outras ciências humanas, reproduz vícios autóctones e problemas externos. Contudo, alguns teóricos buscaram inaugurar uma compreensão desde suas raízes epistemológicas e compromissadas com a crítica à colonialidade do pensamento,² construindo uma nova abordagem científica para compreender os sujeitos sem os separar de seus respectivos espaços e territórios.

Esse debate se iniciou com Martin (1997, 2000, 2001) e Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001, 2002), sendo desenvolvido em outros trabalhos como Fernandes e Martin (2004), Fernandes (2005), Pedon (2009), Sobreiro Filho (2013, 2015, 2016). Tais contribuições lançaram bases teóricas e tensionaram as bases epistemológicas para a realização da análise dos movimentos sociais desde as categorias geográficas, ao ponto de ressignificar a própria forma de pensar os sujeitos e descortinar a proposição de novos instrumentos de análise. O conjunto de esforços dos pesquisadores citados trouxe contribuições teórico-analíticas que carregam as denominações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Essa preocupação surgiu da necessidade de superar a dependência da Geografia em relação às outras Ciências Humanas (Pedon, 2009; Sobreiro Filho, 2016), especialmente a respeito dos movimentos sociais (Martin, 1997; Fernandes, 1999, 2000, 2001, 2005). Outrora, o desafio lançado por Martin e Fernandes foi denominado por Pedon (2009) como abordagem socioterritorial. Ela “compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território, sendo os movimentos socioterritoriais um elemento orgânico dessa abordagem” 168).

Essa proposta possibilitou uma construção original, mesmo ciente das enormes contribuições das demais ciências humanas (Gohn, 2000, 2009, 2011; Bem, 2006). Tomando por empréstimo o pensamento de Fernandes (2005) e Sobreiro Filho (2016), verificamos que as contribuições da Sociologia, História, Economia etc., são fundamentais para compreender diversas formas de organização e estratégias de mobilização das ações coletivas. No entanto, desconsideram ou secundarizam processos fundamentais e pertinentes aos interesses geográficos: produção do espaço e do território, espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade.

Alguns autores da Geografia buscaram romper com a sua condição de ciência orientada e passaram a construir uma leitura espacial e multidimensional através das categorias geográficas como o território, explorando aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais de sua multidimensionalidade etc. (Sobreiro Filho, 2013, 2015).

1. Ver Gohn (2000, 2009, 2011) e Tarrow (2011).

2. Ver Quijano (2005).

O autor ainda pontuou que os estudos voltados à produção de conhecimento genuinamente geográfico procuraram alinhar-se com as especificidades epistemológicas, bem como com a construção de conceituações e metodologias originais, mas que ainda são recentes. Em virtude disso, a Geografia deu um importante passo mudando seu eixo de análise de sujeito-sociedade, lastreado na ação social, para uma nova aplicação metodológica e teórica compromissada com a indissociabilidade do sujeito-espaco-natureza (Sobreiro Filho, 2015).

Essa transformação foi fruto da compreensão de que os movimentos e outras formas de política contenciosa³ vão além das relações sociais. Suas ações são indissociáveis ao espaco-natureza, daí a relevância da leitura geográfica dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, afinal, como Milton Santos (1977) argumentou, não existe sociedade a-espacial, bem como seu legado geográfico reconhecia a indissociabilidade, contradi-toriedade e solidariedade dos sistemas de ações e sistemas de objetos como atributos dos espacos e dos territórios. No entanto, é fundamental considerar a diversidade teórica, sendo que Fernandes (2005) e Sobreiro Filho (2016), valorizam não somente a perspectiva miltoniana, mas também a lefebvriana, atribuindo destaque para a teoria da produção do espaco.

A partir dessa nova forma de se produzir conhecimento, compreendendo os movimentos como promotores de ações que produzem espaco e territórios, que se materializam as pesquisas instrumentalizadas pelos conceitos de movimentos socioespaciais e sociote-rritoriais. Os movimentos que compreendem o espaco como elemento fundamental de suas relações e objetivos passam a ser compreendidos como movimentos socioespaciais, da mesma forma, aqueles que têm o território como trunfo, passam a ser denominados de movimentos socioterritoriais (Martin, 1997; Fernandes, 1999, 2000, 2001, 2005).

Os movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais não são antagônicos, muito pelo contrário, a diferenciação é científica. São os mesmos sujeitos, mudam os cam-inhos, reflexões e resultados. Estes, “transformam espacos em territórios, também se territorializam, são desterritorializados, se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade” (Fernandes, 2005:30).

Embora essa realidade tenha contribuído com o desenvolvimento da Geografia, isso não significou maior facilidade em entendê-los, uma vez que o espaco é complexo. Na diversidade de segmentos sociais, caracterizados como bases para o nascimento de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, cada um busca atuar sobre espacos e territórios com universalismo, singularismo e particularismos. Esta situação ocorre por meio de ações transescalares ou multiescalares. Ou seja, ela pode ocorrer de forma isolada, mas também acontecer vinculando-se a outras como parte das múltiplas polí-ticas das escalas e com simultaneidade.

Essas diferentes ações, segundo Sobreiro Filho (2016), podem ser entendidas a partir do instrumental teórico-analítico denominado por racionalidade espaco-temporal. Parte de sua proposta destaca o fato de que as ações coletivas não surgem do nada, mas que são produto de uma construção racionalizada a cada ação, sujeito, evento etc., que

3. Ver Tarrow (2011).

integra os processos de produção, consumo e transformação do espaço e territórios. Elas são pensadas e organizadas para ocorrerem em momentos e espaços estratégicos, deliberados e podendo apresentar diferentes atributos singulares, particulares e universais pelos quais terão impactos esperados. As ações coletivas deixam marcas no espaço-tempo conectando experiências através dele e, por isso, elas não podem ser vistas apenas como eventuais, mas em toda a sua complexidade e multidimensionalidade ao longo do tempo histórico.

Parte dessa racionalidade tem raízes na diversidade de movimentos. Seus objetivos primam pela necessidade de salvaguardar, conquistar, consumir, produzir e/ou transformar espaços e territórios, bem como seus modos de vida. Eles são relevantes porque surgem em virtude das disputas territoriais no mundo, mas que têm marcado a história da América Latina com uma agenda espoliadora e avanço da financeirização dos bens naturais caracterizada pela terrível comoditização da natureza sob aspectos neocoloniais (Quijano, 2005; Harvey, 2014). A soma desses e outros processos fez com que os espaços das águas viessem a ser disputados territorialmente, evidenciando uma correlação desigual de forças que visa o controle sobre os recursos que estão inseridos nesses territórios, podendo ele mesmo, de acordo com a corrente, ser um elemento de extrema complexidade.

Diariamente, diferentes sujeitos socioterritoriais confrontam a agenda espoliadora e, deste embate de perspectivas antagônicas, nascem disputas territoriais. É no contexto conflituoso que os movimentos das águas têm protagonizado mais do que a manutenção dos seus territórios, mas da vida, do clima, da sociedade etc., tendo em vista, que, por vezes, a ação ostensiva do capital com feições cruéis e trágicas como a violência, os rompimentos de barragens e a negação de direitos básicos. Em decorrência do avanço do capital sobre diferentes territórios e do processo organizativo da luta que nascem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas. Sua gênese é diversa, pois tende a estar direcionada aos grupos que compõem cada território em disputa ou até mesmo a soma deles ou de parcela deles.

São constituídos por populações definidas por Diegues (1996 e 2007) como povos das águas, sendo caracterizados por possuí-las e seus recursos como base material e imaterial de sua própria existência. Outros surgem dos impactos causados por grandes projetos hidráulicos, como barragens, hidrelétricas, minerodutos e outros que expropriam e atingem territórios. Esses processos deixam marcas de destruição, não apenas a morte física. Parte de seu legado é a violência às crenças e relações, pois nestes territórios habitam deuses, a ancestralidade, o modo de vida, a cultura, economias, a política.

Além destes, existem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas engajadas com as questões urbanas, como na privatização dos sistemas de abastecimento e saneamento, a falta de acesso a serviços básicos, como água encanada, a poluição e as disputas com segmentos industriais. No contexto agrário, o segmento do agronegócio é o principal responsável pelos conflitos, mas vai muito além deste espaço em virtude de não restringir as suas relações a um espaço específico e, portanto, podendo se envolver com os demais da mesma forma como a questão da água não se dissocia radicalmente dos demais.

As disputas que permeiam os movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas estão inseridas em todos os espaços, sejam nas cidades, no campo ou nas florestas, mas sempre tendo como centralidade a questão da água. A disputa faz-se presente, sendo contra alianças políticas e elites regionais, falsas promessas de desenvolvimento, *gre-enwashing*, sendo tudo como forma de ocultar sua verdadeira intenção de promover a acumulação sobre as águas.

Por fim, existem os movimentos que nascem da convergência de pautas comuns, assim, teremos populações indígenas, povos tradicionais, pescadores, atingidos por barragens, movimentos urbanos, agrários, religiosos, entre outros, unindo-se como resultado da necessidade da construção de uma organização coletiva, forte, multiescalar, articulada em rede e que possa fazer frente às hidro-hegemonias. Como resultado dessa organização coletiva temos os movimentos socioterritoriais que podem estar mais devotados a uma atuação na escala local ou nacionalmente e internacionalmente especializados, sendo que a sua escala de atuação está direcionada, em um primeiro momento, aos seus objetivos mais diretos. Um movimento que nasce com ação mais engajada com a escala local pode saltar e ganhar novas outras, tudo depende de sua organização e suas pautas, nesse sentido, temos movimentos socioterritoriais das águas com diferentes experiências escalares.

“Pescador, pescador, joga a rede para borquear”: procedimentos e apetrechos da pesquisa na rede para fisgar as ações coletivas das águas

Parte relevante da compreensão da política contenciosa⁴ em torno das disputas espaciais e territoriais no Brasil nos remete a outro desafio de equivalente importância: levantar dados sobre as ações contestatórias em escala nacional. Objetivando a superação deste empecilho, desde 2019, demos início ao desenvolvimento de bancos de dados focados nas ações coletivas dos movimentos urbanos, agrários, das águas e das florestas.

Esta pesquisa, focada em quatro espaços (urbano, agrário, floresta e água) desenvolveu-se comungando atributos teórico-metodológicos estruturais com os demais para permitir diferentes análises comparativas. No entanto, dedicou-se veementemente à análise das ações coletivas em torno das águas e, quando necessário, a reconhecer suas peculiaridades e a originalidade de cada ação e dos sujeitos. Compartilhamos também os caminhos e tomadas de decisão imprescindíveis para a construção de um *Big Data* espaço-temporal das ações com a finalidade de nos permitir, pela primeira vez, cumprir uma imprescindível função científica, social e política de superar a invisibilização das lutas territoriais dos povos das águas, bem como possibilitar comparações, a identificação de padrões e analisar suas relações com a agenda das agências multinacionais (ex.: Organização das Nações Unidas – ONU).

Reforçamos que os procedimentos implementados compartilham uma base comum cuja origem remete a mais de duas décadas de experiências coletivas de levantamento de dados e sistematização de informações conduzidas pela Rede Brasileira de Pesquisas

4. Ver Tarrow (2011).

das Lutas por Espaços e Territórios - Rede DATALUTA,⁵ mas que foram reinventados no ano de 2019 para além do espaço agrário.

Muito mais do que o ineditismo e o potencial em análises comparativas em rede sobre as políticas contenciosas, destacamos que as realizações deste trabalho da Rede DATALUTA reforçam sua importância como criadora e difusora de conhecimento, mas também como produtora de seus próprios dados por meio de uma pesquisa comum. Atualmente, a rede que estrutura o banco de dados conta com 22 grupos de pesquisa e tem expandido o seu diálogo, compartilhando sua metodologia com países da Europa, América do Sul, América do Norte, América Central e Caribe. Sobreiro Filho e Costa (2022) definem que o objetivo da rede é o levantamento, a sistematização e a análise de dados das ações.

A criação da frente de pesquisa do DATALUTA Água é resultado das discussões do XIII Encontro Nacional da Rede DATALUTA, ocorrido em 2019, e de reuniões realizadas entre o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e o Prof. Dr. José Sobreiro Filho em dezembro do mesmo ano. Ambos os pesquisadores realizaram propostas de desenvolvimento que definiram os parâmetros e procedimentos, tendo o DATALUTA Água seu início em 2020 sob a coordenação do Prof. Dr. José Sobreiro Filho, vinculado inicialmente ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento, Espaços e Conflitualidades (NEADEC) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e atualmente ao Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT) da Universidade de Brasília (UnB). Durante 2020 e 2021, o DATALUTA Água contou apenas com este grupo, em colaboração na definição de elementos comuns com o DATALUTA Floresta⁶. Em 2022, outros grupos de pesquisa se somaram e, atualmente, o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia (LEPENG) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) são integrantes deste coletivo.

A pesquisa está organizada em diferentes etapas: levantamento, sistematização, curadoria, representação e análise. Para promover a primeira etapa, foi realizada uma análise comparativa entre os motores de busca e, após diferentes testes, concluímos que o *Google Alerts* oferece a maior pertinência, quantidade e diversidade de resultados. A preparação do levantamento e armazenamento, visando potencializar a eficiência de acesso à informação, iniciou-se com a criação de um e-mail destinado a receber matérias sobre as ações.

Esta etapa permitiu-nos apropriar ferramentas de busca regular, padronizada e sistemática de informações na internet. Palavras-chave previamente definidas e calibradas em debates foram utilizadas para orientar as buscas e nos permitir “pescar” diferentes fontes de informações de páginas de jornais, revistas, blogs, etc., sobre as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas.

“Jogar a rede” levou à obtenção de uma enorme massa de informações que foram trabalhadas e analisadas visando aprimorar a eficiência dos resultados. Este fato chamou

5. Atualmente a Rede DATALUTA é composta por vinte e dois grupos de pesquisa no Brasil, registrando presença de pesquisadores e pesquisadoras em todas as regiões do país.

6. Os pesquisadores Nelson Gabriel da Silva Bria e Bruna Gonçalves Costa.

nossa atenção para a qualidade dinâmica da pesquisa, pois converge novos e antigos sujeitos. Os resultados pertinentes ao banco de dados são separados e arquivados em um *drive* de acesso coletivo. Posteriormente, essas notícias são lidas e registradas. Inicialmente, o registro realizou-se através de uma planilha de Excel com diferentes variáveis. Na atualidade, utilizamos uma plataforma online de múltiplos acessos para que as dezenas de membros da rede possam enviar os dados simultaneamente e de diferentes lugares do Brasil e da América.

No processo de sistematização, algumas informações foram extraídas das notícias e outras foram geradas pelo informante a partir de um conjunto rigoroso de instruções. Por exemplo, para permitir o total acesso às notícias e recuperar detalhes das ações, criamos um código de busca que permite a rápida localização do arquivo em PDF no Drive. Outra parte das informações decorre da necessidade de interpretar as ações, suas escalas, seus movimentos, as instituições envolvidas, as pautas, sua relação com os ODS, etc.

Como fruto do processo de construção coletiva, o DATALUTA Água passou frequentemente por ajustes visando à eficiência dos processos. As revisões foram importantes por evidenciarem a necessidade de atualização e revisão constante, uma vez que os movimentos socioterritoriais são dinâmicos. Assim como a realidade se transforma, a investigação precisa saber que, às vezes, é preciso remar contra a correnteza e, em outros momentos, seguir o fluxo do rio.

“Tem peixe na rede, pescador”: os processos de levantamento, sistematização e representação dos dados

Na pesca, utilizamos métodos e instrumentos técnicos para a captura do pescado. Sejam as redes modernas com quilômetros de extensão, os radares e sonares para identificação de cardumes, vistos nas indústrias pesqueiras, ou por meios técnicos artesanais, como pequenas redes, tarrafas, currais, matapis e o saber ancestral de localizar os cardumes, pontos de pesca etc. Eles têm em comum, que antes da pesca, faz-se necessário o acúmulo de informações, o domínio de procedimentos, estratégia, saberes outros, experiências e instrumentos necessários para alcançar o melhor resultado.

De igual maneira, ocorre com os processos de investigação das ações coletivas das águas. Antes de identificá-los, precisamos de meios técnico-procedimentais que oportunizem essa demanda. O processo manual de tecer redes ou mesmo criar uma matapi (armadilha para captura do camarão na Amazônia) antecede a pesca, está ligado ao tipo de peixe ou camarão a ser pescado. Essa necessidade influencia no tamanho da malha da rede e ou abertura do matapi, além do tipo de material necessário para sua fabricação. Isso significa dizer que existem procedimentos e saberes que possibilitam a captura do pescado de interesse, atendendo a critérios. Em nosso caso, seriam as diferentes etapas que compreendem o processo de levantamento, tendo em vista que, como na pesca, precisamos de critérios e instrumentos prévios que favoreçam a captura das informações certas. Para tanto, utilizamos o *Google Alerta* como instrumento de pesca, pois constatou-se a obtenção de melhores resultados.

Assim como no processo manual de fabricação de uma rede, com o *Google Alerta* é semelhante, precisamos pensar no tamanho de sua malha, para o melhor dia pesca. Assim, programamos um conjunto de filtros para a execução dessa pesca, como, por exemplo, restringir ao território brasileiro.

Em conjunto ao processo de definição e organização dos princípios de busca, criou-se um *e-mail*, que foi cadastrado no alerta para o recebimento diário das notícias sobre as palavras-chave (Quadro 1). Elas foram organizadas em categorias como movimentos, conflitos, sujeitos entre outros aspectos relevantes às lutas das águas.

Categorias	Palavras-chaves
Movimentos	Conselho Pastoral da Pesca; Associação de Pescadores; Barcarena Livre; Movimento de Pescadores e Pescadoras; Movimento de Pescadoras; Movimento de Pescadores; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Colônia de Pescadores, Sindicato de Pescadores; Xingu Livre.
Conflitos	Conflitos com Unidades de Conservação Marinha; Conflitos na Amazônia Azul; Conflitos no Gerenciamento Costeiro; Conflitos Portuários; Conflitos da Carcinicultura; Conflitos por Terra e Água; Conflitos pela Água; Conflitos da Maricultura; Conflitos na Exploração de Petróleo; Conflitos com Pesca Esportiva; Conflitos com Turismo Náutico; Conflitos da Aquicultura; Conflitos com a Pesca Industrial.
Sujeitos	Beradeiros; Caranguejeiras; Caranguejeiros; Marisqueiras, Ribeirinhos; Trabalhadores do Mar; Comunidade Tradicional de Pescadores; Catadores e Catadoras de Caranguejos; Comunidade Tradicional Pesqueira; Povos das Águas; Povos Caiçaras; Atingidos por Barragens.
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
Espaços/território	Território da Pesca; Território Pesqueiro; Unidades de Conservação Marinha; Maresmório.
Pautas	Cerca nas Águas; Poluição das Águas; Água e Agronegócio; Cessão de Águas Públicas; Esgoto no Mar; Mineração e Água; Taus - Termo De Autorização de Uso Sustentável; Vazamento de Óleo; Seguro Defeso.
Impacto	Impactos da Mineração na Água.

Quadro 1. Palavras-Chave do DATALUTA ÁGUA (2020/2021). Fonte: Rede DATALUTA. Org.: autores, 2023.

O grande volume de notícias demandou uma análise metódica que levou ao aprimoramento das palavras-chave. Assim como na pesca, é necessário desmalhar os peixes da rede, selecioná-los e classificá-los. Navegamos de modo semelhante, pois os resultados primários são compostos por uma enorme massa de notícias sem absoluta relevância ou pouco específicas, sendo, em grande parte das vezes, descartadas. Essa etapa foi imprescindível para alcançar um grupo seletivo de notícias.⁷

As notícias com dados que se enquadram nos critérios da pesquisa são impressas digitalmente em PDF e arquivadas na plataforma do DATALUTA Água no *Google Drive*⁸ em pastas separadas por mês/ano, visando facilitar a organização interna da plataforma. Para realizar o arquivamento das notícias, adicionamos o prefixo “AGU”, que significa “Água”. Em seguida, introduzimos o dia/mês/ano da informação, tendo como referência a data de publicação. E, por último, são adicionadas letras, em ordem alfabética, para identificar e separar os dados com a mesma data de publicação, evitando complicações (ex. “AGU010820A” e “AGU010820B”).

7. No ano de 2020 foi capturado um total de 3.179 e-mails, já em no ano de 2021 obteve-se um total de 3.613 e-mails, a soma desses, reflete em mais de 30 mil notícias lidas.

8. A conta no Google Drive foi feita no mesmo endereço de e-mail do DATALUTA Água.

Com os dados arquivados por mês de referência no Drive, começamos a etapa de registro, inicialmente realizada no Excel e atualmente no *Jotform*. O formulário é dividido em diversas abas de preenchimento, que arquivam as informações adicionadas nele em uma planilha, semelhante ao *Excel*, mas com vantagens: pelo formulário é possível o acesso simultâneo de pessoas em diferentes lugares do mundo. Outro fator é a possibilidade de deixar informações pré-selecionadas, como nomes de movimentos que já tenham sido registrados, facilitando o registro das ações.

O formulário é dotado de atributos diferentes, pois tem como objetivo promover desde a identificação do código do PDF, das diferentes ações, das pautas e movimentos, até dados organizacionais para acompanhar a dinâmica de trabalho e realizar a gestão da pesquisa. A primeira coluna é destinada ao código do arquivo PDF gerado. As colunas seguintes contêm informações semelhantes, como a localização da ação (município, unidade da federação e mesorregião), tendo relevância porque nos permite delimitar as escalas das ações desde seu local mais específico até às escalas regional, nacional e internacional. Além de contribuir para a observação dos locais de ação, desde a ocupação de um prédio público até o fechamento de uma rua, registramos também as escalas de ação e os atributos temporais.

Outras colunas buscam a identificação do material de referência (data de publicação, título e fonte do dado) relevante para analisar como são representados. Observou-se que os próprios movimentos têm criado meios e desenvolvido seus próprios sites, jornais etc. para divulgarem suas ações, reivindicações, denúncias e mais aspectos inseridos em sua organização coletiva.

As ações registradas são classificadas em colunas sistematizando, dentre outras informações, atributos sobre: data de realização da ação; tipo de ação; objetivo da ação; pautas das ações; se estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); tipo dos movimentos que realizaram a ação (nome dos movimentos e seu tipo); tipo das outras instituições que atuam junto ou contra os movimentos (nome das instituições e seu tipo); e dados quantitativos das ações (número de famílias ou de pessoas envolvidas com a ação). Essas colunas têm o objetivo de identificar as diferentes formas espaço-temporais de ação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas, bem como seus nomes, suas pautas e como se relacionam com as instituições.

Desse processo, foi possível a criação de categorias de ações, organizadas em matrizes e derivadas, bem como dos objetivos das ações e principais pautas. Essas categorias analíticas encontram-se em glossários que possuem objetivos múltiplos. Além de conceituar as ações, corroboram para a organização do trabalho e instrumentalização dos novos membros da pesquisa. Essas categorias possibilitam a visualização das formas de atuação dos movimentos, suas estratégias, anseios, entre outros aspectos que revelam a racionalidade espaço-temporal (Sobreiro Filho, 2016).

Algumas notícias que relatam ações dos movimentos socioterritoriais das águas não identificam a localidade, o movimento envolvido, as instituições articuladas ou a data da ação. Para não excluir essas notícias, utiliza-se a expressão N.I., evitando invalidar conteúdos que preencham quase todos os critérios. Essa decisão, assim como os ajustes metodológicos, resulta de um processo contínuo de debate e qualificação, realizado semanalmente pelo grupo.

“Mar calmo nunca fez bom marinheiro”: após o levantamento de dados, os resultados sobre a luta dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas no Brasil

Fernand Braudel (1949), em sua clássica obra *La Méditerranée*, nos convidou a pensar o Mediterrâneo como um espaço para pesquisas comparativas. De igual modo, o Brasil seria uma reunião de universos semiautônomos, uma federação de *Brasis* vivos, originais e complexos. Embora a ótica utilizada por Braudel seja a Geohistória e, deste coletivo, se ampare na dialética materialista anticolonial, esse pensamento nos provoca a refletir sobre um Brasil complexo, diverso e plural, onde muitas águas se encontram e se desencontram.

Seriam esses os *Brasis* de Darcy Ribeiro (1995) ou mesmo os quatro *Brasis* de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001)? Ou estamos falando de um novo? Embora autores e autoras como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e muitos outros tenham explorado diferentes aspectos que colaboraram com explicações amplas ou parciais sobre o Brasil e suas muitas realidades, Santos e Silveira (2001) propuseram, a partir de uma perspectiva geográfica, uma explicação atentando-se aos aspectos técnico-informacionais. Mas esses são todos os *Brasis*?

Os resultados da pesquisa e a permanente revisão bibliográfica têm nos permitido verificar a intensificação da invisibilização dos sujeitos das águas. Eles e elas pouco aparecem, embora tenham importância por sua presença em toda a extensão territorial brasileira. Eles estão presentes com diversidade etnocultural, com ritmos e relações com os biomas associadas a modos de vida e com relações e razões para além das explicações possíveis pelas ordens capitalistas e coloniais.

Essa pluralidade de povos, comunidades, grupos socioespaciais e socioterritoriais compõe os inúmeros *Brasis* com escalas e características diferentes. Mesmo dentro de um único território, guardam elementos específicos de sua própria construção socioespacial e/ou socioterritorial.

A identidade territorial significa muito para inúmeras comunidades, embora a fronteira espoliadora não tenha colocado a identidade nacional em jogo. Pelo contrário, são as identidades baseadas em modos de vida que reproduzem relações sobre determinados espaços em disputa. Por isso, antes de se reconhecerem cotidianamente como brasileiros, se afirmam como pescador, quilombola, caiçara, ribeirinho, indígena da comunidade etc”.

Seria possível pensar em estudos comparativos entre os diferentes *Brasis* olhando para esses sujeitos? Certamente, existem similitudes e diferenças entre eles, o que confere desafios aos pesquisadores que desejam estudá-los. Entretanto, o capital não pensa desta maneira, ele atua sobre os diferentes espaços e territórios separando as pessoas dos meios de produção e reproduzindo aspectos coloniais perversos. Espolia os territórios, sua visão é generalista e homogênea, só se interessa a diversidade monopolizada por si mesmo, sendo os espaços e territórios dotados de recursos e eles mesmos assim entendidos e, portanto, apropriados.

A disputa pelas águas envolve uma enorme multiplicidade de organizações e sujeitos. De um lado, movimentos socioespaciais e socioterritoriais, do outro, como apresentado por Bria (2022) atores hidro-hegemônicos que podem ser vistos em grandes grupos capitalistas e Estados Nacionais capazes de atuarem em escalas transfronteiriças, internacionais, regionais, locais, regionais sob feições de elites, empresas, oligarquias, capital financeiro etc.

Olhando esse contexto por meio dos resultados obtidos pelo DATALUTA Água para os anos de 2020 e 2021, foi possível a categorização das ações contra-hegemônicas, em matrizes e derivadas (Quadro 2). Da diversidade de movimentos e suas lutas se originam as ações coletivas e vice-versa, que objetivam dar conta de responder às suas necessidades mais diretas como salvaguardar seus territórios e direitos legais.

Águas	
AÇÃO MATRIZ	AÇÃO DERIVADA
Arrecadação de Recursos ou de Execução de serviços	Campanha para Arrecadação de Recursos; Campanhas de retirada de lixo do rio; Campanha de Solidariedade e Mutirão.
Comunicativa	Audiência pública; Carta aberta; Denúncias; Entrevista concedida; Live e produção de conteúdo; Nota Pública; Nota de Repúdio; Ofício; Reivindicações e Tuitaço.
Deslocamento Coletivos	Caminhada; Carreata; Marcha e Passeata.
Eventos	Assembleia; Ato Online; Fórum Online; Lançamento de frente; Lançamento de defesa; Exposição artística; Campanha Online; Live e Lançamento de cartilha.
Encontro de mediação	Reunião.
Festividades e rituais	Cerimônia.
Interseccionalidade Institucional	Acordo De Cooperação Técnica; Capacitação; Criação de protocolo de consulta e Participação em audiência pública.
Judicialização	Audiência Conciliatória; Ação Civil Pública; Mandado de Segurança; Liminar Judicial; Processo Judicial; Recurso Judicial; Solicitação; Petição e Ofício.
Ocupação	Bloqueio de vias; Ocupação de canteiro de obras; Ocupação de espaço público; Ocupação de espaço privado e Suspensão de travessia fluvial.
Paraestatal	Autodemarkação.

Quadro 2. Ação Matriz e Ações Derivadas da ÁGUA (2020/2021). Fonte: Rede DATALUTA. Org.: autores, 2023.

Essas diferentes ações apontam para várias formas de atuação dos movimentos, passando por suas estratégias e por como racionalizam os espaços e territórios a partir de um modelo lógico espaço-temporal coletivamente construído, que lhes permite a operacionalização de suas ações de modo a aumentar a eficiência de suas lutas (Sobreiro Filho, 2016). Para cada pauta, estruturam e elaboram um conjunto de trabalhos que se transformam em ações como, por exemplo, as comunicativas, que buscam informar, repudiar, denunciar e pautar debates em espaços que, por vezes, foram negados e podem espacializar suas lutas nos meios digitais.

Da exigência de meios jurídicos legais, surgiu a possibilidade das ações de judicialização, forma pela qual os movimentos passaram a buscar meios de sustentarem, defenderem e conquistarem seus interesses na esfera das disputas político-jurídicas. Por vezes, apoiam-se em instituições como o Ministério Público, universidades e outras instituições de pesquisa como forma de apoio às suas pautas e à elaboração de trabalhos técnicos. Um exemplo é a verificação da contaminação por metais pesados na

população de uma determinada comunidade, realizada por laboratórios credenciados internacionalmente. Como alguns institutos de pesquisa e universidades são habilitados para oferecer esse tipo de serviço, contribuem elaborando documentos que facilitam a judicialização das lutas, formando provas robustas.

Cada ação é estruturada e pensada racionalmente por aqueles que a fazem, como Sobreiro Filho (2016) bem definiu enquanto lógica-racionalidade espaço-temporal, pela qual cada movimento, ao ler espacialmente suas necessidades, operacionaliza sobre esse espaço e, conseqüentemente, sobre o tempo de suas ações. Elas partem de uma racionalidade de um modelo lógico e coletivo, formado e em formação, que se expressa desde o planejamento do fechamento de uma rua movimentada em um grande centro, de uma ferrovia de uma empresa de mineração, da ocupação de um prédio público ou privado, até a confecção de uma rede de ações ao longo do tempo. Cada ação é racionalizada para que possa ter um impacto sobre o espaço-tempo de maneira eficaz; afinal, ocupar a sede de uma empresa na capital do Estado ou do país tem um impacto maior do que ocupar a representante local dessa empresa no interior de cada cidade.

A operacionalização das pautas e ações dos movimentos surge do pensamento e da experiência coletivamente construída, que por vezes resultam em ações simultâneas em várias cidades de um mesmo Estado sob a expressão de um único movimento ou pela articulação de diferentes esferas e escalas. Tais ações são resultado da complexidade e diversidade de identidades que constituem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas para enfrentar os atores hidro-hegemônicos.

Algumas das pautas (Quadro 3) estão ligadas a aspectos da soberania de seus territórios, passando pela salvaguarda desses territórios, de seus modos de vida, cultura, entre outros atributos de sua construção e reprodução social. Não obstante, também expressam princípios de luta contra barragens e seus impactos, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas e leis que garantam segurança jurídica para os atingidos, o direito à igualdade de condições, como o das marisqueiras e demais mulheres trabalhadoras tradicionais da pesca em receberem benefícios e serem reconhecidas, entre outras pautas que surgem desde demandas locais até nacionais, resultado da complexidade e multidimensionalidade da água.

Pautas das Ações

Indenização; Matriz de Danos; Seguro Defeso; Legislação; Preservação de Espécies; Período do Defeso; Isenção das Tarifas; Inspeção Técnica; Interdição; Combate ao Garimpo; Combate a Mineração; Soberania Popular na Mineração; Barragens; Desastres com Barragens; Políticas Privatizatórias; Grandes Projetos Hidráulicos; Educação; Saneamento Básico; Direito a Água; Segurança Hídrica; Segurança Alimentar; Direito ao Território; Saberes Tradicionais; Cultura; Desmatamento; Políticas Públicas para Povos das Águas; Políticas Públicas para Atingidos por Barragens; Fome e Desigualdade; Desterritorialização; Poluição Hídrica; Direitos Constitucionais

Quadro 3. Pautas das Ações. Fonte: Rede DATALUTA ÁGUA. Org.: autores, 2023.

Os resultados dos anos de 2020 e 2021 nos ajudam a compreender a regionalização, espacialização e territorialidade das lutas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas. No ano de 2020, foram registradas 451 ações. Destas ações, 394 ocorreram de forma presencial, 39 ações ocorreram *online* (concentradas no período

pandêmico) e 18 ações simultaneamente (em mais de um estado ao mesmo tempo), como também contemplam ações que não foram possíveis de localizar o Estado de ocorrência em virtude da falta de informação na notícia.

Um rápido exame na Figura 1 nos permite atribuir destaque para o mês de abril, somando 67 registros. Deste total, a ordem de 45 ações foi majoritariamente realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, no Rio Grande do Sul, por meio de uma ação simultânea realizada no dia 22 de abril de 2020. Nela, o movimento encaminhou ofícios para 32 prefeituras e câmaras de vereadores das regiões do Alto Uruguai e Altos da Serra com o objetivo de cobrar a adoção de medidas emergenciais relacionadas ao acesso à energia elétrica, água e gás por parte da população. Ainda pautou a adoção de medidas emergenciais no enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19.

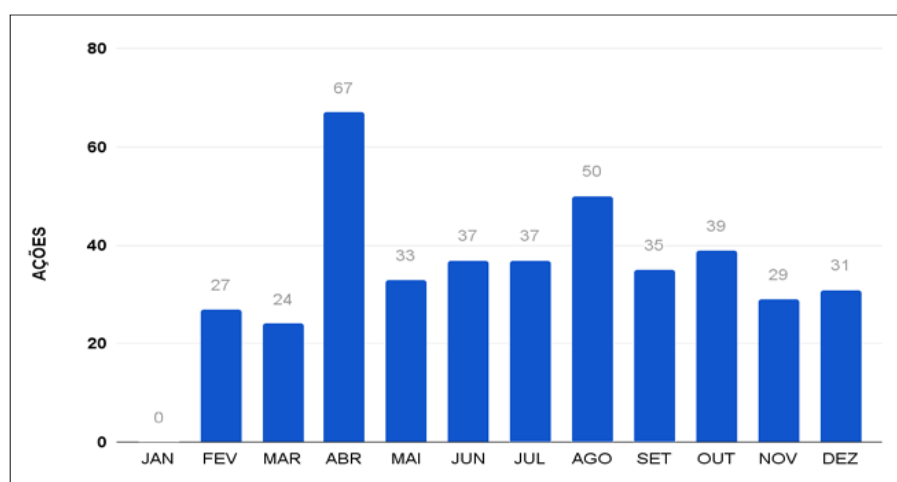


Figura 1. Quantidade de ações registradas por mês em 2020. Fonte: Rede DATALUTA água, 2020. Elaboração própria, 2023.

Em 2021, o DATALUTA Água sistematizou 493 ações distribuídas desigualmente ao longo do tempo (Figura 2). Ocorreram 37 ações *online*, sendo 10 simultâneas. Nem sempre é possível realizar o registro da localidade com exatidão, em 33 casos obtivemos apenas a informação de que foram organizadas mesmo sem muito detalhamento de seus atributos. Verificamos ainda que as ações comunicativas e as manifestações que figuram em enormes deslocamentos coletivos obtiveram maior destaque. Neste ano, foram identificados diversos movimentos atuando e distintas pautas: o MAB, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), as colônias de pescadores e organizações de ribeirinhos, marisqueiras e outros povos das águas.

O recorte regional é uma outra forma de compreender a ocorrência das disputas territoriais em torno da questão da água (Figura 3). De acordo com os registros, no Sudeste houve o maior número de ações, sendo impulsionado pelo estado de Minas Gerais, com 187 ações, o qual concentra grande número de conflitos envolvendo barragens de mineração, em decorrência dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho. As consequências desse desastre cruzaram divisas e casos semelhantes foram observados em Espírito Santo, que também sofreu com a contaminação do Rio Doce.

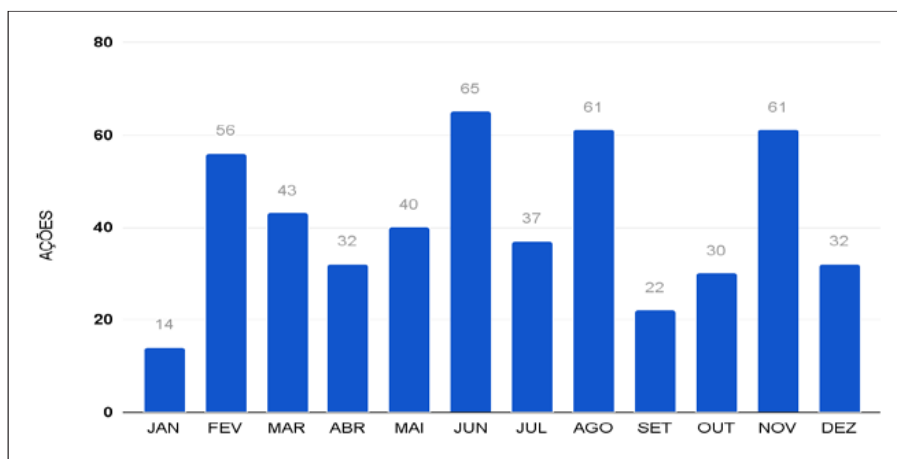


Figura 2. Quantidade de ações registradas por mês em 2021. Fonte: Rede DATALUTA água, 2020. Elaboração própria, 2023.

Na realização destas ações, destacam-se dois movimentos, o MAB e o MAM. Além desses, outros movimentos articulados e dotados de elementos comuns aos atingidos pela mineração também apareceram com efetividade em suas lutas, como as diversas formas de associação de pescadores. Entretanto, evidencia-se que movimentos como o MAB transcendem sua luta pelos direitos dos atingidos por barragens para um nível mais amplo de pautas, projetos e demandas. A questão energética é um elemento de enorme relevância para a sociedade brasileira, uma vez que está interligada à presença de barragens e que estas representam os 63,8% da energia brasileira pela sua opção hidrelétrica (BRASIL, 2020). Hoje, o MAB carrega a bandeira de que é necessário lutar e propor por um Projeto Energético Popular e uma pátria justa e igualitária.

Na região Sul, notamos a transversalidade do MAB. As ações foram diversificadas sendo as de arrecadação de recursos ou execução de serviços, as de maior evidência, seguida pelas ações de prática comunicativa; manifestações; evento; festividade e ritual; interseccionalidade institucional; judicialização e deslocamento coletivo. Os movimentos de maior atuação foram MAB; MAM e Associação de pescadores ou as colônias de pescadores.

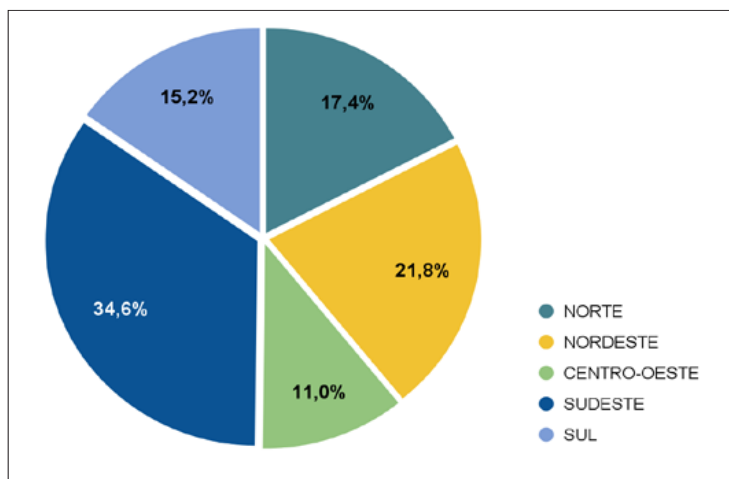


Figura 3. Porcentagem de ações por região em 2020 e 2021. Fonte: Rede DATALUTA água, 2020/2021. Elaboração própria, 2023.

O Nordeste é a segunda região com a maior quantidade de ações sistematizadas. Entre as principais pautas, despontam questões relacionadas aos impactos da contaminação por petróleo no litoral, seguro defeso, abastecimento de água por açudes, barragens, hidrelétricas e especulação imobiliária. Essas pautas são encabeçadas especialmente pelas diferentes formas de organização de trabalhadores do mar, como as Colônias ou Associações de Pescadores.

A região Norte vem em seguida, sendo o Pará o estado com mais ações registradas (75), essas estão direcionadas à questão da mineração, das barragens, dos garimpos, da produção de energia e projetos hidráulicos etc. As Colônias de Pescadores destacam-se pela sua organização política, o que torna este lugar um importante centro de apoio para a construção de redes e tomada de decisões coletivas de resistência.

No Centro-Oeste, as pautas mais discutidas são de dois contextos diferentes, um deles é correspondente aos ribeirinhos e pescadores pantaneiros. Já o outro contexto tem a ver com a presença da capital nacional, Brasília, que aparece com uma das cidades com mais ações registradas no Brasil (55), isso porque dentro dos modelos lógicos, conforme Sobreiro Filho (2016) percebe-se a hierarquia das cidades, a capital é um espaço de decisão política nacional. Em relação às ações por ano da pesquisa, temos a Figura 4

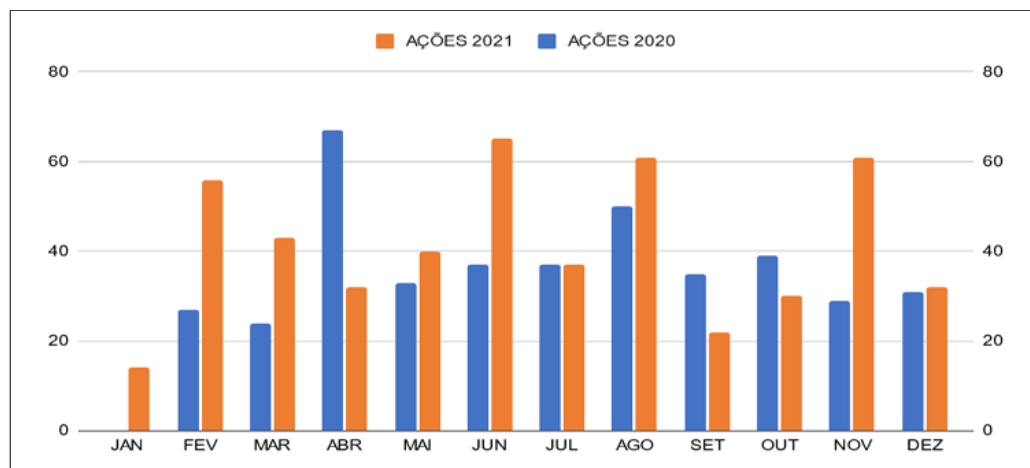


Figura 4. Quantidade de ações por mês em 2020 e 2021. Fonte: Rede DATALUTA Água, 2020/2021. Elaboração própria, 2023.

Considerando as 944 ações registradas entre os anos de 2020 e 2021, foi possível perceber a potencialidade dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas mesmo diante de um cenário atípico. Foram capazes de realizar a manutenção das articulações resistindo e lutando para expressarem suas reivindicações, sejam elas de forma presencial ou até mesmo online. Por fim, destaca-se a capacidade destes movimentos socioterritoriais em pautar a resistência ao avanço do capital, especialmente onde as condições econômicas e políticas resultam em uma desigual correlação de forças figurada por uma luta de classes com aspectos coloniais e que, neste caso, é marcada pela oposição e a materialização da espoliação dos bens e/ou recursos dos povos das águas diante de lógicas outras, com suas ações espacializadas no mapa da Figura 5.

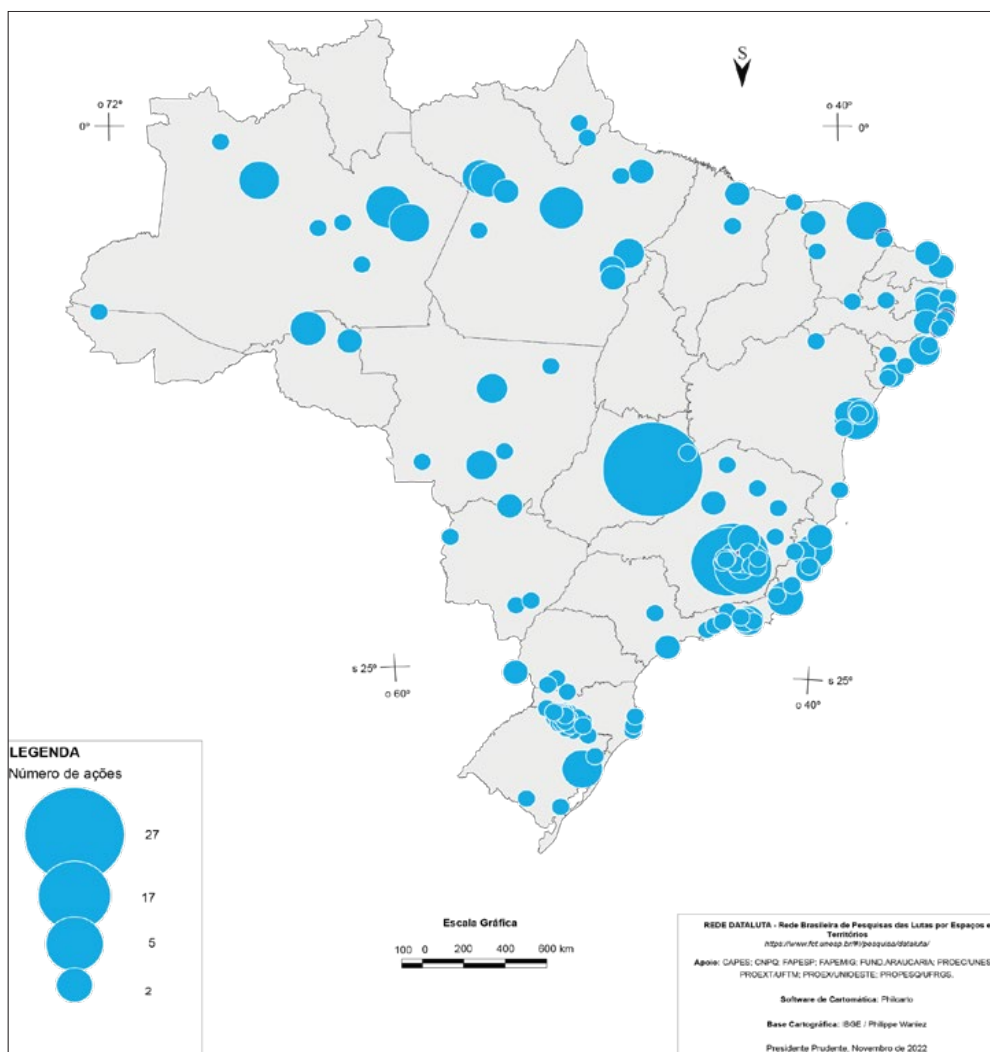


Figura 5. Geografia dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais das águas por ações coletivas em 2020. Fonte: DATALUTA, 2023.

A Figura 5 espacializa as ações pelo Brasil e facilita a visualização das lutas. No Norte do país, percebemos a concentração de ações realizadas, sobretudo, nos principais rios da região, como Amazonas, Xingu, Araguaia-Tocantins e seus afluentes, bem como, para o capital, por ser neles que se constroem usinas hidrelétricas, usam como hidrovia de escoamento, entre outros tantos usos e funções, resultantes da complexidade dos próprios, o resultado é as disputas territoriais. No Nordeste, as cidades litorâneas concentram as maiores ações, reflexo da atuação dos trabalhadores do mar organizados em suas colônias de pescadores.

De outra forma, Brasília destaca-se, pela sua relevância político-administrativa, como locus estratégico de tomada de decisões. No Sudeste, a região mineira agrega um grande número de ações em seguida a região costeira. Nota-se que há um destaque para as cidades ao longo do Rio Doce entre Minas Gerais e Espírito Santo, essa relação é devido às consequências do desastre de Mariana e posterior contaminação do rio. No Sul, as ações ao longo do Rio Uruguai são realizadas em defesa desse curso hídrico frente

às crescentes privatizações do setor energético e aos empreendimentos de barragens previstos.

Considerações finais

A leitura e o debate teórico lastreados e devotados à construção de uma teoria geográfica das ações coletivas em torno da questão da água, em conjunto com a metodologia proposta neste trabalho, nos oferecem como legado as bases para entender as diferentes disputas territoriais sobre espaços e territórios, sobretudo quando seu foco é a atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Esses movimentos despontam como importantes atores contra-hegemônicos, operacionalizando o espaço-tempo por meio de um conjunto de ações estruturadas que se direcionam às suas necessidades, e essas ações assumem diferentes formas.

A luta desses movimentos atravessa a história do Brasil, o que lhes confere o desafio contínuo de reinvenção, capacidade criativa e estratégias de ação. Como eles, a pesquisa deve ser fluida, buscando sempre ajustes e adequações, permitindo, assim, acompanhar o comportamento dos movimentos, suas pautas e práticas. Não obstante, é fundamental compreender a sua organização, bem como a ação dos agentes hidro-hegemônicos como promotores de disputas territoriais, pois esses também buscam novos métodos de atuação.

Os movimentos reproduzem e produzem diferentes formas econômicas, culturais, sociais, políticas etc. sobre o espaço e os territórios. Por isso, a pesquisa deve ser sempre multidimensional e não unidimensional. No entanto, seu principal resultado é a confirmação objetiva de que as disputas territoriais são constantes em diferentes regiões do Brasil, e essas são dotadas de particularismos, singularismos e universalismos. Isso quer dizer que o território se caracteriza como necessidade imediata, antes mesmo de elementos imateriais (significados, culturas, valores, discursos e aspectos ideológicos, políticos e cosmológicos), simplesmente pelo fato de ser a moradia e o produto-produtor por excelência de todas as relações.

Referências bibliográficas

- » Braudel, F. (2016). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. São Paulo: Edusp.
- » Bria, N. G. da S. (2022). *Movimentos das Águas e Águas em Movimento: um estudo sobre os conflitos pela água no Brasil* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Belém.
- » Diegues, A. C. (1998). *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec/Nupaub.
- » Diegues, A. C. (2007). *Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras*. Trabalho apresentado no I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo.
- » Fernandes, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. São Paulo.
- » Fernandes, B. M. (2000). Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, (15), 59-85.
- » Fernandes, B. M. (2001). *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez Editora.
- » Fernandes, B. M. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, 8(6), 14-34.
- » Fernandes, B. M. (2009). Sobre a tipologia de territórios. Em M. A. Saquet & E. S. Sposito (Orgs.), *Territórios e Territorialidades*. São Paulo.
- » Fernandes, B. M., & Martin, J. Y. (2004). Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais* (11/12), 173-185.
- » Harvey, D. (2014). *O Novo Imperialismo* (8ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- » Martin, J. Y. (1997). A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, (19/20).
- » Pedon, N. R. (2009). *Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Presidente Prudente.
- » Quijano, A. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- » Sobreiro Filho, J. (2013). *O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Presidente Prudente.
- » Sobreiro Filho, J. (2015). *Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento*

Passe Livre-SP. GeoGraphos. Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante.

- » Sobreiro Filho, J. (2016). *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Presidente Prudente.
- » Sobreiro Filho, J., & Costa, B. G. (2022). As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na Amazônia Legal: Ensaio geográfico a partir do DATALUTA Floresta. Em Castro et al. (Orgs.), *Geografias fora do eixo*. Londrina: Editora Liberdade/EDUEMA.
- » Tarrow, S. (2011). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics* (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

José Sobreiro Filho / jose.sobreiro@unb.br

Possui graduação em Geografia (2010), mestrado (2013) e doutorado (2016) pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA), coordenador do Grupo de Estudos de Ações Coletivas, Conflitualidades e Territórios (GEACT-UnB) e vice coordenador do Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios DATALUTA. Atualmente é Professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília -UnB.

Nelson Gabriel da Silva Bria / nelson.bria@aluno.unb.br

Bacharel em Geografia (2019) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre (2022) em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

Luís Henrique Marques Rosa Buani / luishhrx@gmail.com

Bacharel em Gestão Pública (2019) pela Faculdade Processus. Atualmente cursa a licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB).

Miriam Moura Vital / miriammouravital@gmail.com

Bacharel em Serviço Social (2019) pela UNOPAR e Administração (2010) pela Universidade Federal do Semiárido (UNIVERSA). Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ronaldo Barros Sodré / ronaldo.sodre@ufma.br

Possui Licenciatura, Bacharelado e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com período Sanduíche na Universidade de Alicante. Atualmente é professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenador do Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino em Geografia.

Wuelliton Felipe Peres Lima – UNESP / Wuelliton.peres@unesp.br

Licenciatura (2022) e Bacharelado (2023) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela UNESP – *Campus* Presidente Prudente.

Isabelle Avon Carolino Vanderlei / isabelleavoncv@gmail.com

Pesquisadora do GEACT/UnB. Atualmente cursa a Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília (UnB).

Márcia Renata Carvalho Santos / Carvalho.marcia@dicente.ufma.br

Pesquisadora do LEPENG/UFMA. Atualmente cursa a licenciatura em geografia no Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).